

1 Introdução

Em 1961 Adriano Moreira, Ministro do Ultramar português, publicou em seu livro *Política Ultramarina*¹ um tópico sobre a relevância que a religião muçulmana assumia nos movimentos anticolonialistas não apenas no Oriente Médio, mas também na África. O ministro alertava para a importância do “problema”, já que o Islã inspirava o poder político em países como o Sudão, Moçambique e a Guiné.²

Apesar de as palavras de Moreira serem enfáticas com relação ao perigo islâmico no continente, a associação entre islamismo e descolonização na África e na Ásia foi comum apenas em países de maioria muçulmana. Grande parte dos estudos sobre o processo de descolonização da África portuguesa sequer menciona o Islã como um elemento desestabilizador no jogo de poder.

No caso do processo de independência de Moçambique, a maioria dos pesquisadores costuma enfatizar apenas a oposição política, ideológica e secular entre os movimentos de libertação nacional, a FRELIMO (Frente de Libertação Nacional de Moçambique), e o Estado Colonial Português. O fator religioso tem sido amplamente desconsiderado nesse contexto, apesar de se ter constituído, em um momento específico da luta armada, elemento fundamental.

Nos anos 60, havia entre a população negra de Moçambique aproximadamente 1.158.973 muçulmanos, em contraste com os 475.259 católicos e os 145.261 protestantes³. Apesar de a maioria da população negra ser adepta das religiões tradicionais, não era possível desconsiderar o grande número de islamizados no território. Naquele momento, em que começava a luta armada, a

¹ Adriano Moreira. “O movimento Islâmico”. In: MOREIRA, Adriano. *Política Ultramarina*. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1961.

² “Para compreensão da importância do problema deverá lembrar-se que o Islão inspira o poder político até ao centro da África, onde, no Sudão, acaba de mandar encerrar todas as escolas cristãs, faz aparecer missionários ao sul do Save [Moçambique] e guarda posições históricas em toda a Guiné”. MOREIRA, op cit., p. 272.

³ Cabe destacar que a maioria dos negros (incluindo indígenas e assimilados) se enquadrava na categoria religiosa, denominada pelo censo de Outras, que correspondia a 4.605.118 pessoas. *IIIº Recenseamento geral da população*, Lourenço Marques, Instituto nacional de estatística/INM, 1960, 12 vols. apud. CAHEN, Michel. “L’État Nouveau et la diversification religieuse au Mozambique, 1930-1974”. Paris, *Cahiers d’Études africaines*, 158, XL-2, 2000, p. 330.

população muçulmana⁴ não passou despercebida nem pela FRELIMO, nem pelo governo português.

O Estado português adotou diferentes posturas com relação às populações islamizadas em Moçambique, durante todo o período de sua presença no território. Desde a implantação dos portugueses na região, no século XVI, até a sua expulsão em 1974, o contato entre portugueses e muçulmanos foi permeado pela antinomia aliança/oposição.

A relação entre Estado Colonial português e populações muçulmanas em Moçambique, entre os anos 1930 e 1970, é o foco desta dissertação. Com uma temporalidade tão alargada foi possível identificar dois momentos distintos no discurso português: o primeiro percebia no islamismo em Moçambique uma ameaça ao projeto de um Portugal ultramarino e outro defendia a integração e a aproximação dessas comunidades ao governo.

Nesse primeiro momento, que caracterizamos como o dos anos 30 até os 50, José Julio Gonçalves, funcionário do Serviço Colonial Português destacava a sua preocupação com os rumos do Islã e traçava perspectivas para essa religião em um futuro próximo. “Se o ritmo das conversões entre os povos negros norte-moçambicanos mantiver a atual aceleração, é de crer que o islamismo venha a instalar-se em todas aquelas vastas regiões que situam o norte do Zambeze”.⁵

A conversão ao islamismo representava uma grande ameaça ao governo português em Moçambique, e essa “tendência revolucionária” fazia com que o ele temesse esse “contágio”, acentuando em relação às populações locais, a ideia de subversão, como ele explicava: “Não percamos de vista o grave perigo que está implícito neste facto. É que a África Oriental islamizada significa apenas que haverá maior facilidade de penetração do asiaticismo em toda a extensa região leste africana, incluindo pelo menos a parte norte de Moçambique”.⁶

O segundo momento analisado na dissertação abrange as décadas de 60 e 70, contexto em que os movimentos de emancipação das colônias portuguesas se fortalecem e a luta armada se inicia. Considerando essa ameaça, o Estado Novo adotou uma postura diferente em relação à população muçulmana em

⁴ Neste momento uso o termo genérico populações muçulmanas, mas ao longo do trabalho será apresentada a diversidade e complexidade do islamismo em Moçambique.

⁵ GONÇALVES, José Julio. *O mundo árabo-islâmico e o Ultramar Português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958, p. 236.

⁶ *Ibidem*.

Moçambique. Nesse momento, a principal ideia era criar uma estratégia de aproximação, baseada em um discurso de “diálogo ecumênico”, como fruto de um conhecimento produzido sobre as diversas comunidades islâmicas existentes no território, concentradas principalmente no norte país.

Seguindo essa perspectiva, a dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro deles, *O Estado Novo e a Questão Colonial*, apresenta, de maneira breve, a inauguração do Regime do Estado Novo em Portugal e as mudanças na política em relação às colônias, a partir dos anos 30. Discute a importância do *Acto Colonial* e da *Constituição de 1932* na elaboração do novo mito do Império Português, que, baseado nas leis, nas práticas políticas e na ideologia, tentava manter as suas colônias e justificá-las internacionalmente.

O segundo capítulo, *O medo que vem do Islã*, trata da presença e da diversidade islâmica em Moçambique e da construção de um saber sobre o Islã pelos intelectuais portugueses, agentes da administração colonial. Nos livros e nos relatórios escritos, os muçulmanos representavam uma ameaça ao Império Colonial, não apenas pela prática da religião ou pela alfabetização em árabe, mas também pelas possíveis articulações que poderiam fazer com países vizinhos, em nome da religião e da libertação do jugo colonial.

O terceiro capítulo, *Um Império luso-tropical*, analisa a mudança ocorrida no discurso português, a partir das décadas de 60 e 70, quando os muçulmanos passam a ser vistos, estrategicamente, como integrantes de uma nação portuguesa, naquele momento percebida como miscigenada. Analisaremos os fatores que estimularam essa mudança de postura e quais foram as estratégias ideológicas e as práticas de cooptação dos muçulmanos para o apoio do governo.

A nova postura se apoiava na construção de um conhecimento mais sistemático sobre essas populações, na implantação de medidas que permitissem o apoio irrestrito ao governo e na formação de um discurso que legitimasse todas essas práticas. É na formação desse discurso que as teorias luso-tropicalistas do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre serão utilizadas.

As dificuldades em trabalhar com esta temática se manifestaram em vários aspectos, desde a inexistência de uma discussão historiográfica ampliada sobre o tema, até obstáculos para maior acesso às fontes documentais, que nos permitissem observar o processo de uma forma mais dilatada, não se restringindo

apenas ao discurso oficial. No caso deste trabalho, por falta de acesso e tempo hábil, optou-se por analisar apenas a documentação oficial portuguesa.

Seguindo essa proposta, foram utilizados como fontes de pesquisa alguns periódicos oficiais, como o *Boletim Geral do Ultramar*, publicado pela Agência Geral do Ultramar entre 1924 e 1974, relatórios e livros de membros da estrutura colonial, como os *Relatórios de Antonio Enes* e os livros do missionário e professor Silva Rego e do professor e Ministro do Ultramar Adriano Moreira. Além disso, foram utilizados alguns documentos dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM), órgão criado em 1961 pelo Ministério do Ultramar, com a finalidade de controlar e coordenar as informações relativas à política, à administração e à manutenção de Moçambique como território ultramarino, e que estão localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

A utilização exclusiva de fontes oficiais foi fator limitador ao trabalho, já que restringiu em alguns momentos, uma análise mais ampliada do processo, e o conhecimento mais consistente sobre as populações muçulmanas envolvidas neste processo. No entanto, o trabalho com a documentação oficial nos permitiu estudar as contradições existentes no regime, as modificações e as adaptações feitas pelo Estado Colonial português, para se adequar às mudanças ocorridas. Nelas também identificamos os temores e as estratégias de defesa, utilizadas à época, para dar continuidade à manutenção do Império Português na África.